



## ANA DE CASTRO OSÓRIO: FEMINISMO E A EDUCAÇÃO DA MULHER COMO DOTE SIMBÓLICO

Elizabeth Sousa Abrantes<sup>1</sup>

Porque ser feminista não é querer as mulheres umas insexuais, umas masculinas de caricatura, como alguns cuidam; mas sim desejá-las criaturas de inteligência e de razão, educadas útil e praticamente de modo a verem-se ao abrigo de qualquer dependência, sempre amarfanhante para a dignidade humana. (OSÓRIO, 1905, p. 124)

Desde o século XIX que a educação feminina se tornou a bandeira dos que defendiam os direitos da mulher, tanto no Brasil como em Portugal. As primeiras feministas defendiam a elevação da instrução das mulheres para que se tornassem melhores mães e pudessem sobreviver de uma atividade honesta em caso de necessidade, assim como, nos meios sociais mais elevados, os homens ilustrados encontrassem esposas mais cultas para serem suas companheiras no corpo e no espírito.

A escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho<sup>2</sup>, legítima representante de uma geração cujo ideal era a mulher como o “anjo do lar”, teve uma ampla participação nesse debate em defesa da educação feminina. Sua opinião era conhecida do público maranhense leitor dos jornais *Diário do Maranhão* e *O País*, desde a década de 1870. Suas ideias sobre a educação da mulher eram de que deveria prepará-la para ser uma companheira à altura da inteligência de seus maridos e a mãe-educadora dos filhos, jamais para a emancipação feminina.

Seu discurso se harmonizava perfeitamente com o pensamento geral de sua época a respeito do lugar da mulher na sociedade, sendo até o final do século XIX poucas as vozes que se levantavam para defender o ensino superior para as mulheres e seus direitos políticos, tanto no Brasil como em Portugal.

A virada do século, com suas inovações tecnológicas e novas demandas para as mulheres se adequarem à “vida moderna”, levou a escritora a admitir rever certas posições que defendia antes e ser obrigada a se render às novas ideias ligadas à educação e ao trabalho feminino. Em seu artigo “*A Mulher do Futuro*”,<sup>3</sup> de 1899, fez várias considerações sobre a situação da mulher e sobre as mudanças futuras que a esperavam.

Na virada do século, momento que antecedia o feminismo organizado e militante, em que o feminismo como ideia se disseminava nas sociedades brasileira e portuguesa, a palavra de ordem

<sup>1</sup> Professora Adjunta I, do Departamento de História e Geografia, da Universidade Estadual do Maranhão. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. [bethabrantess@yaho.com.br](mailto:bethabrantess@yaho.com.br)

<sup>2</sup> Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), nasceu em Lisboa, era escritora, intelectual, conferencista, com uma vasta obra dedicada aos aspectos sociais e pedagógicos, especialmente à chamada “condição feminina”. Sua obra era conhecida do público maranhense e seus artigos eram divulgados na imprensa local.

<sup>3</sup> *A Mulher do Futuro*. *A Mensageira*, São Paulo, n. 31, p. 133-139, 31 ago. 1899



dos/as defensores/as do “sexo feminino” era educar a mulher para todos os embates da vida, ou seja, a educação como fator de segurança econômica e para a “*maternidade competente*”<sup>4</sup>, de melhor desempenho dos deveres de mãe.

A ideia nesse momento era a de civilizar a nação por meio da mulher, sua educação vista como a pedra de toque da civilização. Quanto mais ilustrada e inteligente fosse a mulher, mais zelosa e cumpridora dos seus deveres, não bastando simplesmente saber a utilidade e os atrativos do espírito cultivado, mas fazer todo o esforço para instruir-se para o bem da pátria e da família<sup>5</sup>.

Algumas poucas críticas feministas na virada do século conseguiram fazer uma denúncia mais direta relacionando a “educação para a submissão”<sup>6</sup>, a exemplo da escritora portuguesa Ana de Castro Osório, através da obra intitulada “*Às Mulheres Portuguesas*”, de 1905.<sup>7</sup>

A polifonia que marcou esse momento apresentava vozes conservadoras preocupadas com a dissolução de costumes patriarcais tradicionais, e também vozes mais liberais, preocupadas tanto com a modernização dos papéis masculinos e femininos sem alterar a “desigualdade de gênero”, como promover a garantia de direitos civis e sociais às mulheres.

Ana Osório (1872-1935), foi escritora, intelectual, jornalista, ensaísta, conferencista, feminista e republicana. Desenvolveu intensa campanha em prol dos direitos das mulheres, fundando a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, o Grupo de Estudos Feministas e a Cruzada das Mulheres Portuguesas, além de escrever artigos e fazer conferências sobre o tema da condição feminina, defendendo o direito à educação e ao trabalho como meios de emancipação feminina.

Ana Osório dirigia-se às mulheres de seu país, mas também às mulheres latinas de uma maneira geral, exortando-as ao estudo e ao trabalho como um meio de obterem sua liberdade, pois considerava as jovens mulheres insuficientemente educadas para serem as companheiras e as mães do “homem moderno”. Um dos conselhos era para não fazer do amor o ideal único da existência nem o seu único fim, mas pensar no trabalho e no estudo, deixando que as faculdades afetivas se desenvolvessem livremente, e, caso não desenvolvessem, que isso fosse indiferente à sociedade.<sup>8</sup>

---

<sup>4</sup> Expressão usada por BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. 1914-1940.** São Paulo: EDUSP, 1999, p. 123

<sup>5</sup> A Nossa Condição. **A Mensageira**, São Paulo, n. 4, p. 50, 30 nov. 1897

<sup>6</sup> Sobre essa questão ver BELOTTI, Elena G. **Educar para a Submissão: o descondicionalismo da mulher.** 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

<sup>7</sup> A análise de Ana de Castro Osório nessa obra se adequava perfeitamente à situação das mulheres brasileiras, realidade que conhecia pelos livros, pela imprensa, pelo contato com amigos, e anos mais tarde pessoalmente, entre 1911 e 1914, período que morou e trabalhou como professora no Brasil, além de exercer sua atividade de escritora. Essa obra teve apenas uma edição até hoje.

<sup>8</sup> OSÓRIO, Ana de Castro. **Às Mulheres Portuguesas.** Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905. p. 12



As idéias de Ana Osório foram bastante veiculadas no Brasil durante toda a Primeira República, seja através da imprensa, como colaboradora das revistas femininas e de jornais, seja pela publicação de suas obras destinadas ao público feminino e à educação das crianças. Na biblioteca pública de São Luís havia uma coleção de livros da autora, a “*Coleção Castro Osório*”, dedicada à infância.<sup>9</sup>

Ao defender a liberdade feminina de escolher seu estado social sem que isso significasse um fracasso na vida, especialmente no caso daquelas que escolhessem o estado de solteira, a escritora fazia uma crítica à mentalidade vigente de considerar o casamento como única carreira para assegurar o futuro da mulher. Entendia que desenvolver livremente as qualidades afetivas da mulher era deixar-lhe o pleno direito da escolha, o direito “sagrado de amar ou não amar”, de casar ou ficar solteira, sem que isso representasse uma vergonha ou um ridículo. Para isso, era necessário que houvesse a independência feminina pela educação e pelo trabalho, mostrando que a felicidade da mulher e sua utilidade na vida não estavam única e exclusivamente no casamento.

Era também defensora da melhoria da educação feminina com o objetivo de serem esposas e mães mais preparadas para a educação da geração moderna. Considerava que a mulher não devia ser coagida pela educação, nem pelos costumes, nem pelas conversas, nem pelos pais, com a mania de talhar muito discricionariamente o futuro dos filhos, a ver no casamento um fim, um ideal completo e único, quase uma obrigação.

Assim como o homem podia ser professor, jornalista, sábio, artista, empregado, operário, tudo enfim, sem que ninguém lhe perguntasse pela certidão de matrimônio, embora fossem quase todos chefes de família, não via inconveniente em que a mulher procurasse a sua colocação, tivesse o seu curso científico, estudasse, trabalhasse para si, sem que fosse inquirida a respeito do seu “*estado social*”.<sup>10</sup>

Seu argumento se baseava no direito de escolha, uma premissa do individualismo no regime liberal burguês. Na prática essa possibilidade ainda não havia para as mulheres, cuja escolha pelo casamento, mesmo sabendo que perderiam seus direitos civis, era condicionada pela forte pressão social. O reconhecimento social da mulher ainda estava atrelado a seus papéis de esposa e mãe, possíveis através do casamento legal.

---

<sup>9</sup> A Coleção Castro Osório era constituída das obras: *As Boas Crianças, Os Animais, Lendo e Aprendendo, Comédias, Monólogos e Recitativos*. In. PERDIGÃO, Domingos de Castro. **O que se deve ler - vade mecum bibliográfico para a Infância**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1922. p. 20

<sup>10</sup> OSÓRIO, Ana de Castro. Op. cit, p. 31



Segundo Ana Osório, se a mulher ficasse solteira, porque não encontrou o companheiro com o qual lhe seria grato ligar o seu destino, a sociedade não tinha nada a ver com isso, assim como também não devia casar-se por ambição monetária ou intelectual. Era exatamente para livrá-la dessa “baixeza” que a desejava independente pelo seu trabalho, quando o não fosse pela fortuna, e mais independente “ainda pela razão que a tornasse um ente de consciência justa”.<sup>11</sup>

Tais discursos pela reforma da instituição do matrimônio demonstravam os sinais de esgotamento de um modelo de casamento negociado que durou séculos e que vinha sofrendo críticas desde o século XIX, embora ainda fosse usual nos meios mais abastados. O amor sentimental estava em alta, embora seu uso excessivo por escritores, poetas e pelo público em geral fosse visto como perigoso, podendo causar tragédias sociais, como homicídios e suicídios passionais, bem como casamentos precipitados.

A crítica ao casamento como a única carreira para a mulher era atribuída à educação superficial que a tornava incapaz de sobreviver por seus próprios esforços, de maneira digna e honesta<sup>12</sup>. A ampliação da educação formal era a principal bandeira da emancipação feminina, considerada uma necessidade daquela sucessão do século, do fim de uma época em que a mulher foi reclusa do convento ou da família, “tendo na vida o fim único de agradar, e quando se tornava esposa era a companheira só para a vida banal e mesquinha, que nem por sombras devia abordar os graves pensamentos que preocupavam o marido”.<sup>13</sup>

O princípio do feminismo nesse momento ainda era o da “igualdade na diferença”. Os principais argumentos encontrados no debate da imprensa e na literatura concluía que se eram diferentes as atribuições dos dois sexos, comuns deviam ser os direitos.<sup>14</sup>

Para os defensores da diferença, a mulher comparada ao homem aparecia “idêntica em natureza, mas desigual em grau”. Os que não admitiam a ideia de uma natureza idêntica aos dois sexos diziam que o homem e a mulher tinham cada qual as suas qualidades e não as mesmas qualidades em graus diferentes<sup>15</sup>, que a mulher era “de natureza diferente, mas de equivalente valor”, e que igualdade não queria dizer identidade, que valores iguais podiam, igualmente, ser de

<sup>11</sup> OSÓRIO, Ana de Castro. Ibid, p. 32-33.

<sup>12</sup> O que significava não cair na prostituição ou mesmo em ocupações consideradas perigosas à moral, como o trabalho nas fábricas e nas ruas.

<sup>13</sup> OSÓRIO, Ana de Castro. Ibid, p. 12-13

<sup>14</sup> Pró Feminismo. **Revista Feminina**, São Paulo, n. 107, p. 31, abril de 1923.

<sup>15</sup> Variações sobre a mulher e sua educação. **Revista Feminina**, São Paulo, n. 122 e 123, p. 47, julho e agosto de 1924



diversa natureza, e não era necessário de forma nenhuma que a mulher fosse parecida ao homem para ser igual.<sup>16</sup>

Essas concepções constituíam o paradoxo apontado por Joan Scott, em que ao defenderem que as diferenças de sexo não significavam maior ou menor capacidades social, intelectual ou política, estavam utilizando o discurso da diferença sexual que tradicionalmente reforçava a hierarquia de gênero em favor dos homens, ao mesmo tempo em que criava o seguinte dilema: “serão mulheres iguais a homens, fato do qual decorreria a única base para se poder reivindicar direitos? ou serão seres diferentes e, por causa ou apesar das diferenças, com direito a igual tratamento?”<sup>17</sup>

A emancipação da mulher deveria garantir a “igualdade na diferença”, considerando o caráter complementar das duas partes do gênero humano, o que significava a aplicação da teoria das esferas separadas.

Para Michelle Perrot, a idéia de complementaridade torna-se um princípio de hierarquização dos papéis, e torna-se, na verdade, “uma relação com uma complementaridade de subordinação, ou de ‘oposição complementar’, que não apaga as divergências e convergências de interesses, as desigualdades de direitos, as relações contraditórias entre homem e mulher na relação do casal”.<sup>18</sup>

A luta pela educação feminina estava em sintonia com o ideário do período sobre as relações de gênero. A finalidade da educação, embora já propiciasse a formação de algumas carreiras liberais para as mulheres da elite, ainda era para “torná-las útil a si, à família e à sociedade”, formando “mulheres sãs, inteligentes e boas”<sup>19</sup>, sem estimular a vaidade e o “espírito competitivo”.

A educação como carro-chefe das reivindicações de um “feminismo comportado”, o único aceito pela moralidade imposta às sociedades brasileira e portuguesa, era seguida pelas reivindicações de direito ao voto e ao trabalho profissional. A educação moral e intelectual tornava-se um novo dote para adornar a mulher e complementar seus “dotes naturais”, para que ela não se afastasse do principal conhecimento que deveria saber: “aprender a ser mulher”.

Como membros da minoria de mulheres alfabetizadas, as primeiras defensoras da emancipação feminina viram na educação um modo de ampliar as opções para sua independência econômica e também sua melhoria social. (...).Conquanto o movimento pelos direitos da mulher no Brasil tenha se tornado mais moderado e respeitado ao ampliar seu apelo e aumentar suas bases de apoio junto à classe alta, ele ajudou a elevar o nível de

<sup>16</sup> A Questão do Voto Feminino. **Revista Feminina**, São Paulo, n.122 e 123, p. 44, julho e agosto de 1924.

<sup>17</sup> SCOTT, Joan W. **A Cidadã Paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002, p. 18.

<sup>18</sup> PERROT, Michelle et al. **A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: ensaio de historiografia**. Revista Gênero, v. 2, n. 1, 2º semestre de 2001, p. 12

<sup>19</sup> Jardim do Espírito: como se deve educar a mulher. **Revista Feminina**, São Paulo, n. 113, p. 36, outubro de 1923



consciência das mulheres de classe média, quanto a seus problemas num mundo em mudança, e garantiu legitimidade a muitas atuações femininas fora de casa.<sup>20</sup>

O discurso feminista desse período também retratava a nova mentalidade sobre o casamento e o dote, especialmente difundida entre os segmentos médios e altos da população urbana, ao fazerem a crítica da vaidade feminina, para que os dotes do espírito se sobressaíssem sobre os dotes físicos e materiais. A ênfase na educação, mesmo que direcionada para as funções do lar, partia da ideia de que a mulher bela e instruída era duplamente bela, já que o dote da educação era mais duradouro que o dote natural da beleza.<sup>21</sup>

Desde o início do século, a crítica de Ana de Castro Osório era para as mulheres de camadas médias e altas, acusando-as de buscarem sua satisfação nas pequenas vaidades do luxo, não aspirando senão ao casamento, para ele se criando e “engalanando”, nele pondo a única esperança de suas vidas. O casamento, especialmente para as mulheres de camadas médias, na maioria dos casos era pura e simplesmente uma “arrumação”, um amparo, assim como era o asilo para a pobre inválida, incapaz de ganhar pelo trabalho a subsistência e o conforto.

O resultado era que, não se realizando o almejado casamento, embora para isso tivesse procurado todos os meios, tornava-se a mulher uma criatura sem posição, infeliz, arrastando uma existência miserável, principalmente se tivesse que trabalhar para viver, com as aptidões quase nulas com que a educação a preparou. Se não soubesse trabalhar ou tivesse família que se envergonhasse desse trabalho, tornava-se um fardo, com amarguradas censuras à vida, invejosa da felicidade alheia, um elemento de discórdia na sociedade. Só quando era rica era que o quadro se tornava risonho, “pois as raparigas com dote raro ficavam para titias”, pois o assédio era de tal maneira apertado que o triunfo heróico do casamento não se fazia esperar.

Mas, como não era dessas “raras felizardas”, de famílias ricas, que Ana Osório tratava quando falava das mulheres de maneira generalizada, mostrava que sua preocupação era com a mulher sem fortuna, cuja educação até aquele momento não a tornava superior pela inteligência cultivada, nem apta a ser independente pelo próprio trabalho.<sup>22</sup>

Acusava as mulheres de incorporarem os discursos de inferioridade e inaptidão intelectual e para o trabalho, o que resultava na resistência entre elas de se esforçarem para obterem sua independência pela educação. Notava que o novo século trazia uma menor resistência no tocante à educação feminina, sendo exceção as grandes oposições da família ou da sociedade. Quanto ao

<sup>20</sup> HAHNER, June. *A Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003, p. 27 e 31

<sup>21</sup> O que a mulher deve ser. *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, n. 03, p. 27, 15 jun. 1914

<sup>22</sup> OSÓRIO, Ana de Castro. *Op. cit.*, p. 197-199.



trabalho feminino, era na mulher do povo que conseguia ver, como “valor dotal”, as aptidões de trabalho da noiva. Explicava que a mulher pobre, tanto em Portugal como em todos os demais países, era laboriosa e útil, e nem que quisesse poderia deixar de ser, porque a família reclamava o auxílio do seu braço e os cuidados da sua atenção. A mulher do povo trabalhava sempre, e só excepcionalmente era ociosa, porque a necessidade e a luta da vida eram seus poderosos incentivos.

Portanto, se entre as ricas o dote material ainda valia como segurança de um bom casamento e garantia de um futuro próspero, e entre a mulher do povo a sua força de trabalho era o dote que ajudaria o marido ou a si própria a manter a sobrevivência da família, era para as mulheres de classe média, especialmente, que recomendava o dote simbólico da educação. Para essas mulheres, sem a certeza de fortuna, nem a menor intenção de viver de um trabalho manual e estafante, a alternativa para um futuro melhor era a educação, sem a humilhação de vender-se num casamento sem amor, apenas pelo interesse de um homem para sustentá-la. A instrução representava seu dote para uma vida independente caso não se casasse por sua livre escolha, ao mesmo tempo em que esse “dote espiritual” aumentava também as chances de um “bom partido”, ao valorizar a mulher de classe média nesse livre mercado matrimonial que vinha se constituindo desde o século XIX.

Ainda segundo Ana Osório, quando um homem da classe média pensava no casamento, ou mesmo que não tivesse antes pensado, se resolveu a fazê-lo porque lhe “agradou um rostinho pálido que assomara a uma janela”, ou porque pegou o namoro encetado por uma brincadeira, não tinha, como o homem do povo, a frase consoladora que valia por um dote : “é uma mulher de trabalho”. Não era, pois, à mulher pobre, habituada ao trabalho, que recomendava o profissionalismo como fonte de todas as alegrias e lícitas liberdades, mas sim, à mulher da classe média, onde até aquele momento educação era menos útil e menos prática, e onde deveria ser mais cuidada e bem dirigida para um fim de segurança futura.

Antes que chegasse a hora em que o homem achasse que as alegrias de um noivado não valiam os encargos, cada vez mais pesados, de um lar, e procurassem no celibato a emancipação dessa obrigação, a mulher se devia precaver, preparando-se para o dia em que só teria de contar consigo mesma. Dizia que essa crise do casamento por falta de condições financeiras dos noivos pobres era um fato na sociedade francesa, onde a rapariga sem dote tinha noventa e nove probabilidades, contra uma, de ficar solteira<sup>23</sup>. Por isso, a situação angustiosa de muitos pais que

---

<sup>23</sup> A observação de Ana de Castro Osório sobre a França reforça a tese de Cláudia Fonseca em seu estudo sobre as “Solteironas de Fino Trato” no início do século XX, em que mostra como a falta, ou os magros dotes, dificultavam o casamento das mulheres da pequena e média burguesia.



viam crescer a família e pensavam com amargura nos filhos a “colocar”, ou seja, conseguir um emprego, e nas filhas a quem era preciso “arranjar dote”.

O caminho apontado para evitar essa ameaça contra a família era uma séria e útil educação, que colocasse a mulher ao abrigo da miséria e da dependência de outros. Em tom profético e de martírio para as pioneiras nessa luta, a escritora portuguesa dizia que as primeiras mulheres a entrarem na luta sofreriam por certo muita contrariedade e veriam cair sobre seus pobres ombros mal versados à responsabilidade forte do trabalho e da liberdade, todo o peso dos preconceitos e das costumeiras, toda malquerência invejosa dos rotineiros, de uma sociedade ignorante. Mas, acreditando na aceitação dessas novas ideias, e que “o número faz a força e o hábito fará o resto”, quando a mulher que procurasse numa profissão honrosa o seu sustento e a sua independência não fosse uma exceção, mas uma legião, facilmente poderia aguentar o “embate dum passado que desmoronava, vendo brilhar um futuro que mal se esboçava ainda num sorriso longínquo”.<sup>24</sup>

Ao focar seus argumentos na defesa da família, as idéias de Ana Osório ganhavam um tom mais moderado, o que tornava seu discurso mais convincente e aceitável, amenizando o tom revolucionário que a princípio suas ideias faziam supor, como por exemplo, o celibato feminino por livre escolha e o trabalho como emancipação, tornando a mulher concorrente do homem. Apesar disso, seu discurso pedagógico foi avançado, ao tocar em temas que ainda não estavam assimilados pela sociedade no início do século, tanto a portuguesa como a brasileira, a exemplo do profissionalismo feminino, o divórcio, a igualdade perante a lei.

As críticas feitas por Ana Osório sobre a educação e o trabalho feminino ao longo das primeiras décadas do século XX foram as que expressaram melhor o novo pensamento sobre a instrução como dote para as mulheres de camadas médias, especialmente.

Os pais de hoje contam em Portugal com a instrução das raparigas e pensam muito bem, que não havendo hoje nada certo nem como fortuna nem como posição social, o melhor dote que podem deixar as filhas é um curso que as habilite a ganharem, a todo o tempo, a sua vida sem sacrifícios nem vergonhas escusadas.<sup>25</sup>

Comparando com o início do século, onde seu discurso se direcionava mais para a mulher de classe média, dada a necessidade econômica dessa classe, e cuja aspiração era ascender socialmente, constatava que o exemplo fora seguido pelas mulheres da alta burguesia, que já não viam com preconceito ou como desprestígio social o fato de cursarem profissões liberais. Dizia que eram as próprias mulheres que reagiam, e as mães incitavam as filhas a colocarem-se na vida, com

<sup>24</sup> OSÓRIO, Ana de Castro. Op. cit, p. 200 – 204

<sup>25</sup> Educação Feminina. **Revista Feminina**, São Paulo, n. 154, março de 1927





“a suprema elegância desta cultura intelectual superior, que as tornava moral e materialmente independentes”.

Hoje é rara a menina de educação e família altamente colocadas que não se prepara para fazer o seu curso, ao contrário do que sucedia ainda há poucos anos em que só a pequena burguesia tinha a coragem de arrostar contra o preconceito e dar uma educação superior à mulher.”<sup>26</sup>

Ana Osório desejava que as mulheres sentissem orgulho da profissão e sonhava com o dia em que se sentisse pela mulher que não tem uma profissão o mesmo desprezo que todos sentiam pelo homem inútil e inativo<sup>27</sup>. A educação era considerada uma “segunda natureza”<sup>28</sup>, e a mulher devia se tornar independente economicamente, não mais pela quantia de um dote, mas pela possibilidade de um trabalho remunerado, especialmente fruto de uma educação profissional.

### *Referências Bibliográficas*

ABRANTES, Elizabeth Sousa. *O Dote é a Moça Educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República*. Niterói, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2010.

BELOTTI, Elena G. *Educar para a Submissão: o descondicionamento da mulher*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 123

HAHNER, June. *A Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003, p. 27 e 31

OSÓRIO, Ana de Castro. *Às Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905. p. 12

PERDIGÃO, Domingos de Castro. *O que se deve ler - vade mecum bibliográfico para a Infância*. Maranhão: Imprensa Oficial, 1922. p. 20

PERROT, Michelle et al. *A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: ensaio de historiografia*. Revista Gênero, v. 2, n. 1, 2º semestre de 2001, p. 12

SCOTT, Joan W. *A Cidadã Paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002, p. 18.

<sup>26</sup> A Vida Feminina. **Revista Feminina**, São Paulo, n. 151, p. 24 e 25, dezembro de 1926

<sup>27</sup> O Sentimento da Responsabilidade Profissional da Mulher. **Revista Feminina**, São Paulo, n. 143, p. 44, abril de 1926

<sup>28</sup> Perfil da Mulher Brasileira. **Revista Feminina**, São Paulo, n. 75, p. 50, agosto de 1920